

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Oeste S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
6. IMOBILIZADO	19
7. INTANGÍVEL.....	20
8. FORNECEDORES.....	21
9. TRIBUTOS.....	22
10. PROVISÕES.....	22
11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS	23
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
13. RECEITA	25
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	26
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS.....	27
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	27
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	32
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	34
21. EVENTO SUBSEQUENTE	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A CEMIG GERAÇÃO OESTE

A Cemig Geração Oeste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste S.A. possui, em operação, 3 usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 28,9 MW (não auditado).

Parque gerador – Características físicas

Usina	Potência Total (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH CAJURÚ	7,2	2,69	PCH	1959	03/01/2053
PCH GAFANHOTO	14	6,68	PCH	1946	04/01/2046
PCH MARTINS	7,7	1,84	PCH	1947	04/01/2046

Garantia física realizada e esperada (não auditado)

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
PCH CAJURÚ	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69	2,69
PCH GAFANHOTO	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68	6,68
PCH MARTINS	1,84	1,84	1,84	1,84	1,84	1,84	1,84

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de negócio em 31/12/2022	Preço no ACR em 01/01/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH CAJURÚ	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$6.356 mil	(1)
PCH GAFANHOTO	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$12.644 mil	(1)
PCH MARTINS	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$5.443 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$60.595 mil, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$14.537 mil em 2023, comparado ao resultado de R\$13.269 mil em 2022.

Receita

A Cemig Geração Oeste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – ME – PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Oeste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida em 2022 foi de R\$29.046 mil, comparada a R\$26.565 mil em 2022.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$13.744 mil em 2023 (R\$12.784 mil em 2022), dos quais R\$3.191 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$3.260 mil em 2022) e R\$10.553 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$9.524 mil em 2022).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.753 mil (R\$2.470 mil em 2022), representando 8,38% (11,23% em 2022) em relação ao resultado societário de R\$20.917 mil (R\$22.000 mil em 2022) antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$16.125 mil, comparativamente a R\$14.056 mil em 2022. A margem LAJIDA foi de 58,60% em 2023 (56,32% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022	Var. %
Resultado regulatório	14.537	13.269	9,56
Despesa com IR e CS	1.753	2.470	(29,03)
Resultado financeiro	(2.517)	(3.566)	(29,42)
Amortização e depreciação	2.352	1.883	24,91
LAJIDA	16.125	14.056	14,73

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também

revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

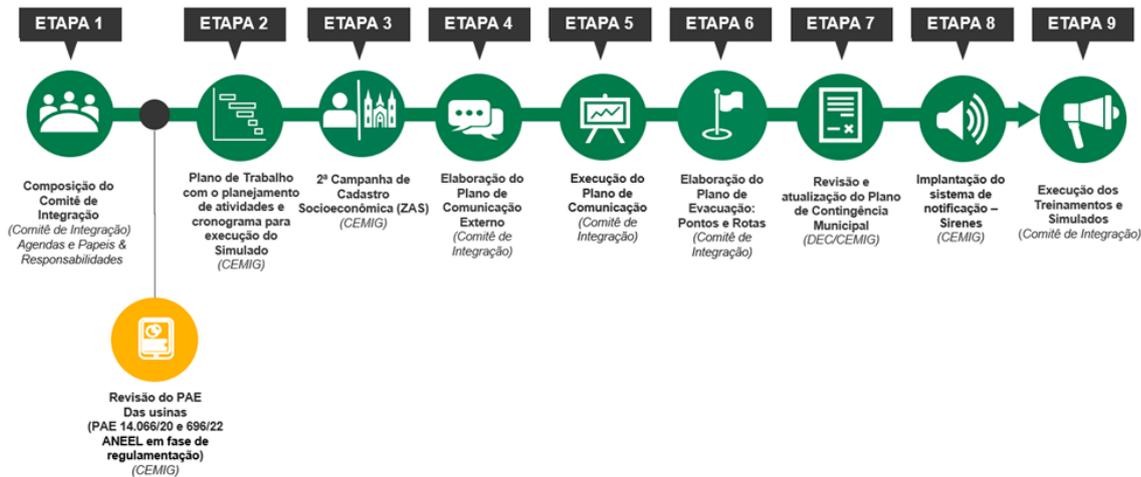
- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, especificamente para a população afeta ao PAE das barragens da Companhia, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos Planos de Contingência (Plancons) dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:

VAMOS



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 6 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 7 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 7 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 5 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano;
- 8 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti; e
- 6 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado, Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de aproximadamente 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros).

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$19.164 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$958 para constituição de reserva legal;
- R\$9.103 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$9.103 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Oeste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Geração Oeste S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Oeste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Oeste S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Oeste S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado datado de 03 de maio de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.542	5.094
Investimentos temporários	4	5.349	29.419
Consumidores e revendedores	5	2.503	2.471
Serviços em curso		-	205
Tributos compensáveis		43	63
Outros ativos		99	470
TOTAL DO CIRCULANTE		10.536	37.722
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	111
Tributos compensáveis		229	381
Imobilizado	6	56.723	26.026
Intangível	7	44.370	46.383
Direito de uso		409	91
Outros ativos		70	44
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		101.801	73.036
ATIVO TOTAL		112.337	110.758

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.033	7.636
Encargos setoriais		237	400
Impostos, taxas e contribuições	9	542	946
Imposto de renda e contribuição social		121	305
Convênio de compartilhamento		174	173
Passivo de arrendamento		92	20
Outras obrigações		51	51
TOTAL DO CIRCULANTE		4.250	9.531
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		409	282
Impostos, taxas e contribuições	9	614	487
Imposto de renda e contribuição social	17	506	1.092
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	11	10	7.630
Passivo de arrendamento		334	79
Outras obrigações		20	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.893	9.570
TOTAL DO PASSIVO		6.143	19.101
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		60.595	60.595
Reservas de lucros		45.599	31.062
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.194	91.657
PASSIVO TOTAL		112.337	110.758

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA BRUTA	13a	29.046	26.565
Fornecimento de energia elétrica		259	496
Suprimento de energia elétrica		20.748	25.238
Energia elétrica de curto prazo		478	831
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		7.561	-
TRIBUTOS	13b	(1.106)	(1.279)
PIS/Pasep		(193)	(202)
Cofins		(865)	(934)
ICMS		(48)	(143)
ENCARGOS	13b	(423)	(329)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(230)	(250)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(140)	(79)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(53)	-
RECEITA LÍQUIDA	13	27.517	24.957
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	14	(3.191)	(3.260)
Encargos de uso da rede de distribuição		(2.951)	(3.144)
Energia elétrica comprada para revenda		(240)	(116)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		24.326	21.697
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(10.553)	(9.524)
Pessoal e administradores	15a	(408)	(449)
Materiais		(335)	(419)
Serviços de terceiros	15b	(7.167)	(6.689)
Depreciação e amortização		(2.287)	(1.794)
Amortização do direito de uso		(65)	(89)
Outros custos operacionais		(291)	(84)
RESULTADO DA ATIVIDADE		13.773	12.173
Resultado financeiro	16	2.517	3.566
Receitas financeiras		2.719	4.498
Despesas financeiras		(202)	(932)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		16.290	15.739
Despesa com tributos sobre o lucro	17	(1.753)	(2.470)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		14.537	13.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.537	13.269
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.537	13.269

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	60.595	17.798	-	78.393
Resultado do exercício	-	-	13.269	13.269
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(6.266)	6.261	(5)
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	977	(977)	-
Reserva de retenção de lucros	-	9.277	(9.277)	-
Reserva especial	-	9.276	(9.276)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	60.595	31.062	-	91.657
Resultado do exercício	-	-	14.537	14.537
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(4.627)	4.627	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	958	(958)	-
Reserva de retenção de lucros	-	9.103	(9.103)	-
Reserva especial	-	9.103	(9.103)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	60.595	45.599	-	106.194

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	14.537	13.269
Ajustes por:		
Amortização e depreciação (Notas 6 e 7)	2.287	1.794
Amortização do direito de uso	65	89
Imposto de renda e contribuição social	1.753	2.470
Juros passivo de arrendamento	26	16
juros e variações monetárias	(2.555)	(4.082)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(7.561)	-
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(60)	838
	8.492	14.394
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(32)	(207)
Serviços em curso	205	48
Tributos compensáveis	(475)	(46)
Outros ativos	(37)	(450)
	(339)	(655)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(4.603)	6.358
Tributos	(277)	49
Encargos setoriais	(36)	14
Convênio de compartilhamento	1	23
Outros passivos circulantes	402	-
	(4.513)	6.444
Caixa gerado nas atividades operacionais	3.640	20.183
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.876)	(905)
Juros recebidos	2.418	1.866
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.182	21.144
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(18.261)	(22.476)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	42.579	24.772
No imobilizado e no intangível	(30.970)	(19.451)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.652)	(17.155)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(82)	(104)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(82)	(104)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.552)	3.885
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.094	1.209
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.542	5.094

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Oeste S.A, sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.842/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins da Cemig GT para a Cemig Geração Oeste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Em 2023, cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Cajuru	01/2053
Gafanhoto	01/2053
Martins	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração Oeste S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 29 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Principais práticas contábeis regulatórias

As principais políticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

2.6. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis regulatórias.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Investimentos temporários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. Em 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	16	31
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	100	105
Overnight	2.426	4.958
Total	2.542	5.094

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 99% do CDI em 2023 (99% do CDI em 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de que variou entre 11,42% a.a. a 11,65% a.a em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a. e 13,64% a.a em 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificado de Depósitos Bancários	508	3.230
Letras Financeiras - Bancos	3.282	19.405
Letras Financeiras do Tesouro	1.480	6.780
Fundos vinculados	25	4
Debêntures	54	-
	5.349	29.419
Não circulante		
Debêntures	-	111
	-	111
Total	5.349	29.530

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou de 103% a 104,3% do CDI em 2023 (103% a 104,4% em 2022), conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 108,6% a 111,98% do CDI em 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 2023 (entre (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes		Total 2023	Total 2022
	Corrente a vencer			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	259	-	259	241
Fornecimento não faturado	259	-	259	241
Suprimento energia – Moeda nacional	(2)	-	(2)	116
Suprimento/ Encargo rede não faturado	2.246	-	2.246	2.114
TOTAL	2.503	-	2.503	2.471

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perdas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		6.836	(906)	5.930	6.059	(633)	5.426
Custo histórico	3,93	6.836	(906)	5.930	6.059	(633)	5.426
Em curso							
Geração		50.793	-	50.793	20.600	-	20.600
TOTAL AIS + AIC		57.629	(906)	56.723	26.659	(633)	26.026

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Transferências/ Capitalizações	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração						
Reservatórios, barragens e adutoras	-	524	524	(4)	520	-
Máquinas e equipamentos	5.535	55	5.590	(840)	4.750	4.936
Edificações, obras civis e benfeitorias	524	198	722	(62)	660	490
Subtotal	6.059	777	6.836	(906)	5.930	5.426

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências/ Capitalizações	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração								
Máquinas e equipamentos	1.953	1.050	-	(55)	2.948	-	2.948	1.953
Outros	18.647	29.920	-	(722)	47.845	-	47.845	18.647
Subtotal	20.600	30.970	-	(777)	50.793	-	50.793	20.600
Total do ativo Imobilizado	26.659	30.970	-	-	57.629	(906)	56.723	26.026

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	-	93	93
Máquinas e equipamentos	633	417	1.050
Outros	-	29.827	29.827
Total das adições	633	30.337	30.970

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 3,93% (4,12% em 2022).

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2023			2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	58.530	(14.160)	44.370	58.530	(12.147)	46.383
Bonificação pela outorga	58.296	(14.142)	44.154	58.296	(12.136)	46.160
Extensão da concessão	234	(18)	216	234	(11)	223
Em curso	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	58.530	(14.160)	44.370	58.530	(12.147)	46.383

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço					
Geração	58.530	58.530	(14.160)	44.370	46.383
Bonificação pela outorga	58.296	58.296	(14.142)	44.154	46.160
Extensão da concessão	234	234	(18)	216	223
Em curso	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	58.530	58.530	(14.160)	44.370	46.383

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros, baseando-se em premissas internas da Companhia.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Oeste				
Cajuru	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e Transporte de Energia	40	70
Materiais e Serviços	2.993	7.566
TOTAL	3.033	7.636

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

9. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2023	2022
Circulante		
ICMS	46	1
Cofins	57	68
PIS/Pasep	12	15
INSS	380	585
ISSQN	26	227
Outros	21	50
	542	946
Não circulante		
Cofins	499	400
PIS/Pasep	115	87
	614	487
TOTAL	1.156	1.433

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	79	131
Contribuição social	42	174
	121	305

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Não circulante		
Imposto de renda	345	785
Contribuição social	161	307
	506	1.092

10. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, são constituídos: pelas ações tributárias, no montante de R\$16 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes da cobrança de crédito tributário a título de ITR, de 2020, da Usina de Martins; pelas ações trabalhistas, no montante de R\$246 (R\$0 em 31 de dezembro 2022), as quais versam sobre pagamento de acúmulo de função.

11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$6.505 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas – UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, houve o fim da restituição às concessionárias, ocasionando uma redução do saldo quando comparado com o mesmo período de 2022. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$10 (R\$7.630 em 2022).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$60.595, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva Legal	6.757	5.799
Reserva Especial	28.888	19.784
Reserva de Retenção de Lucros	48.444	39.342
Absorção de prejuízos regulatórios	(38.490)	(33.863)
	45.599	31.062

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$958 de Reserva Legal em 2023 (R\$977 em 2022), correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$9.103 em 2023, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	19.164	19.530
	19.164	19.530
Reserva legal constituída	(958)	(977)
Reserva especial	-	(9.277)
	18.206	18.553
Dividendo obrigatório	9.103	9.277
Reserva Especial	-	9.277
Retenção de lucros	9.103	9.277
	18.206	18.554

Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$19.164, seja dada a seguinte destinação:

- R\$958 para constituição de reserva legal;
- R\$9.103 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$9.103 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Oeste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$958 para constituição de reserva legal, R\$9.103 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$9.103 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Geração Oeste.

Referente à reserva especial do Lucro Líquido de 2022, constituída em 2023, no valor de R\$9.277, devido à restrição de caixa para garantir a execução do Plano de Investimento, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária o não pagamento em 2024.

13. RECEITA

	2023	2022
Fornecimento industrial	-	496
Fornecimento não faturado industrial	259	-
Transações com energia na CCEE	478	831
Suprimento cotas - Geração própria	18.845	25.085
Suprimento comercial – Geração própria	2.012	-
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(109)	153
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	7.561	-
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	29.046	26.565
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.529)	(1.608)
	27.517	24.957

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento industrial	1	1	17.746	2.012	-	496
Fornecimento não faturado					259	-
Suprimento faturado	77	69	63.317	61.883	20.857	25.085
Suprimento não faturado					(109)	153
Energia elétrica de curto prazo	-	1	-	7.344	478	831
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	-	-	-	7.561	-
Total	78	71	81.063	71.239	29.046	26.565

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
Tributos sobre a Receita		
ICMS	48	143
Cofins	865	934
PIS/Pasep	193	202
	1.106	1.279
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	64	70
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	92	100
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	46	50
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	53	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	140	79
CDE sobre P&D	28	30
	423	329
	1.529	1.608

14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	240	42
Contratos bilaterais	-	74
Encargos de uso da rede de distribuição	2.951	3.144
	3.191	3.260

15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Pessoal e administradores (a)	408	449
Materiais	335	419
Serviços de terceiros (b)	7.167	6.689
Depreciação e amortização	2.352	1.883
Outros custos e despesas operacionais líquidos	291	84
	10.553	9.524

a) Pessoal e Administradores	2023	2022
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	385	426
	385	426
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	21	18
Participação nos resultados	-	3
Benefícios dos administradores	2	2
	23	23
TOTAL	408	449

b) Serviços de terceiros	2023	2022
Convênio de compartilhamento - O&M	2.759	2.146
Manutenção, conservação e instalações	2.691	2.984
Vigilância	400	332
Conservação e limpeza de prédios	10	13
Despesas com transporte	17	12
Meio ambiente	821	626
Tecnologia da informação	91	94
Auditoria externa	34	44
Outros	344	438
TOTAL	7.167	6.689

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.619	4.462
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	60	-
Outras receitas financeiras	40	36
	2.719	4.498
Despesas financeiras		
Atualização PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(838)
Juros passivo de arrendamentos	(26)	(16)
Variações monetárias	(62)	(69)
Outras despesas financeiras	(114)	(9)
	(202)	(932)
RESULTADO FINANCEIRO	2.517	3.566

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	21.290	21.290
Percentual de Presunção	8%	12%
	1.703	2.555
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	5.014	5.014
Outras Receitas Financeiras	10	10
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.727	7.579
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.009	682
Adicional 10% valor superior a R\$240	649	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.658	682
Rendas de aplicações	2.619	2.619
Rendas de aplicações resgatadas	(5.014)	(5.014)
Rendas aplicações não resgatadas	(2.395)	(2.395)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	(599)	(216)
Devolução Suprimento de Cotas	5.756	5.756
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	460	691
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Suprimento de Cotas	115	62
Receita por competência diferida	1.654	1.654
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	132	198
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	33	18
Amortização custos GSF	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	1.658	682
Diferido	(451)	(136)

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	26.366	26.366
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.109	3.164
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.887	2.887
Outras Receitas Financeiras	36	36
Base de Cálculo - Lucro Presumido	5.032	6.087
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	755	548
Adicional 10% valor superior a R\$240	479	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.234	548
Ajuste de Apuração de IRPJ/CSLL 2021	1	-
Rendas não resgatadas	1.575	1.575
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	394	142
Receita por competência diferida	4.923	4.923
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	394	591
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	98	53
Amortização custos GSF	(7)	(7)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(1)	(1)
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	1.235	548
Diferido	492	195

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	180	154	-	-	1.536	1.974	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	-	68	-	-	(3.545)	(3.163)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	120	-	-	-	(120)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	54	173	-	-	(396)	(548)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	487	200	-	-	(3.237)	(2.490)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.425	4.958	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.324	29.414	-	-	200	2.591	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	111	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	21	18
Participação nos resultados	5	5
Previdência privada	2	2
Total (1)	28	25

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		2.503	2.503	2.471	2.471
Investimentos temporários		-	-	4.057	4.057
		2.503	2.503	6.528	6.528
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.526	2.526	4.958	4.958
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	508	508	3.230	3.230
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.282	3.282	15.291	15.291
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.480	1.480	6.780	6.780
Debêntures	2	54	54	168	168
		7.850	7.850	30.259	30.259
		10.353	10.353	36.787	36.787
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(3.033)	(3.033)	(7.636)	(7.636)
Passivo de arrendamentos		(426)	(426)	(99)	(99)
		(3.459)	(3.459)	(7.735)	(7.735)

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente

de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	8	8	87	289	212	604
Fornecedores	3.016	17	-	-	-	3.033
TOTAL	3.024	25	87	289	212	3.637

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das PCHs, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		2.542	-	2.542	5.094	-	5.094
Investimentos temporários	20.2	5.349	(25)	5.324	29.419	(4)	29.415
Consumidores e revendedores		2.503	-	2.503	2.471	-	2.471
Serviços em curso	20.3	-	-	-	205	(205)	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	10.954	10.954	-	10.575	10.575
Tributos compensáveis		43	-	43	63	-	63
Fundos vinculados		-	26	26	-	-	-
Outros ativos	20.2	99	-	99	470	4	474
TOTAL DO CIRCULANTE		10.536	10.955	21.491	37.722	10.370	48.092
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	111	-	111
Tributos compensáveis		229	-	229	381	-	381
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	71.689	71.689	-	69.448	69.448
Imobilizado		56.723	-	56.723	26.026	-	26.026
Intangível	20.1	44.370	(44.154)	216	46.383	(46.160)	223
Direito de uso		409	-	409	91	-	91
Outros ativos		70	-	70	44	-	44
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		101.801	27.535	129.336	73.036	23.288	96.324
ATIVO TOTAL		112.337	38.490	150.827	110.758	33.658	144.416

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		3.033	-	3.033	7.636	-	7.636
Encargos setoriais	20.3	237	-	237	400	(205)	195
Tributos		663	-	663	1.251	-	1.251
Convênio de compartilhamento		174	-	174	173	-	173
Passivo de arrendamentos		92	-	92	20	-	20
Outras obrigações		51	-	51	51	-	51
TOTAL DO CIRCULANTE		4.250	-	4.250	9.531	(205)	9.326
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		409	-	409	282	-	282
Impostos, taxas e contribuições		614	-	614	487	-	487
Imposto de renda e contribuição social		506	-	506	1.092	-	1.092
Passivo de arrendamentos		334	-	334	79	-	79
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		10	-	10	7.630	-	7.630
Outras obrigações		20	-	20	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.893	-	1.893	9.570	-	9.570
TOTAL DO PASSIVO		6.143	-	6.143	19.101	(205)	18.896
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		60.595	-	60.595	60.595	-	60.595
Reservas de lucros	20.1	45.599	38.490	84.089	31.062	33.863	64.925
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.194	38.490	144.684	91.657	33.863	125.520
PASSIVO TOTAL		112.337	38.490	150.827	110.758	33.658	144.416

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		29.046	2.620	31.666	26.565	4.724	31.289
Fornecimento não faturado industrial		259	-	259	496	-	496
Transações com energia na CCEE		478	-	478	831	-	831
Suprimento cotas - Geração própria		18.845	-	18.845	25.085	-	25.085
Suprimento comercial – Geração própria		2.012	-	2.012	-	-	-
Suprimento não faturado cotas - Geração própria		(109)	-	(109)	153	-	153
Amortização do ativo financeiro	20.1	-	(11.533)	(11.533)	-	(10.750)	(10.750)
Atualização do ativo financeiro	20.1	-	14.153	14.153	-	15.474	15.474
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		7.561	-	7.561	-	-	-
TRIBUTOS		(1.106)	-	(1.106)	(1.279)	-	(1.279)
PIS/Pasep		(193)	-	(193)	(202)	-	(202)
Cofins		(865)	-	(865)	(934)	-	(934)
ICMS		(48)	-	(48)	(143)	-	(143)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(423)	-	(423)	(329)	-	(329)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(64)	-	(230)	(70)	-	(70)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(92)	-	(92)	(100)	-	(100)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(46)	-	(46)	(50)	-	(50)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(53)	-	(53)	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(140)	-	(140)	(79)	-	(79)
CDE sobre P&D		(28)	-	(28)	(30)	-	(30)
RECEITA LÍQUIDA		27.517	2.620	30.137	24.957	4.724	29.681
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(3.191)	-	(3.191)	(3.260)	-	(3.260)
Encargos de uso da rede de distribuição		(2.951)	-	(2.951)	(3.144)	-	(3.144)
Energia elétrica comprada para revenda		(240)	-	(240)	(116)	-	(116)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		24.326	2.620	26.946	21.697	4.724	26.421
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(10.553)	2.007	(8.546)	(9.524)	1.537	(7.987)
Pessoal e administradores		(408)	-	(408)	(449)	-	(449)
Materiais		(335)	-	(335)	(419)	-	(419)
Serviços de terceiros		(7.167)	-	(7.167)	(6.689)	-	(6.689)
Depreciação e amortização	20.1	(2.287)	2.007	(280)	(1.794)	1.537	(257)
Amortização direito de uso		(65)	-	(65)	(89)	-	(89)
Outros custos operacionais		(291)	-	(291)	(84)	-	(84)
RESULTADO DA ATIVIDADE		13.773	4.627	18.400	12.173	6.261	18.434
Resultado financeiro		2.517	-	2.517	3.566	-	3.566
Receitas financeiras		2.719	-	2.719	4.498	-	4.498
Despesas financeiras		(202)	-	(202)	(932)	-	(932)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		16.290	4.627	20.917	15.739	6.261	22.000
Despesa com tributos sobre o lucro		(1.753)	-	(1.753)	(2.470)	-	(2.470)
Resultado líquido		14.537	4.627	19.164	13.269	6.261	19.530

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	144.684	125.520
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(1.570)	(1.570)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(36.919)	(32.292)
Operações de arrendamento mercantil	(1)	(1)
Patrimônio líquido regulatório	106.194	91.657

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Lucro líquido societário	19.164	19.530
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(2.620)	(4.724)
Amortização - Ativo intangível	(2.007)	(1.537)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(4.627)	(6.261)
Lucro líquido regulatório	14.537	13.269

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

20.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

20.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

21. EVENTO SUBSEQUENTE

Transferência onerosa UHEs

Em 01 de abril de 2024, a Cemig publicou edital para realização de leilão público presencial, visando à Transferência Onerosa do Direito de Exploração dos Serviços de Geração de Energia Elétrica de 04 PCH/UHEs, sendo 01 PCH da Cemig GT e 03 UHEs de suas subsidiárias integrais: Cemig Geração Leste S.A., Cemig Geração Oeste S.A. e Cemig Geração Sul S.A.. O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 03 de julho de 2024.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de maio 2024

Outorgada: Cemig Geração Oeste S.A.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador 1SP/242451-04

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.